

CARTAS ELEMENTARES DE PORTUGAL,  
DE BERNARDINO DE BARROS GOMES (1878)

Há precisamente um século se publicou em larga difusão e de forma modesta, «para uso das escolas», o primeiro *Atlas* do País: BERNARDINO DE BARROS GOMES, *Cartas Elementares de Portugal*, Lisboa, 1878; «livro de cabeceira dos geógrafos portugueses», segundo AMORIM GIRÃO, foi durante cerca de 75 anos, até à publicação do *Atlas*, muito mais desenvolvido e sistemático deste professor <sup>(1)</sup>, o único ensaio no género. O conjunto de 5 mapas comentados não era raro nos alfarrabistas de há 50 anos; a edição foi extensa, a obra barata mas, provavelmente, a feição «racional» dos comentários de mapas não agradava a quem, a despeito do ensino inovador de SILVA TELLES, fornecia os editores de *Atlas* universais, onde alguns mapas, geralmente inferiores, completavam — e mal — a fisionomia do País. Não parece por acaso que se abriu o primeiro caminho-de-ferro para o Porto e para a Europa (1863-1864) e se realizou, em moldes modernos e rigorosos, o primeiro recenseamento geral regular (1864), cujos resultados BARROS GOMES largamente aproveita. Em 1875 GERARDO AUGUSTO PERY dava à estampa um livro que também era fácil de encontrar, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, onde são raras correlações interpretativas mas as estatísticas estão em dia e dispostas em ordem rigorosamente sistemática. Com toda a razão J. LEITE DE VASCONCELLOS <sup>(2)</sup> considera que estes dois livros datam a fase moderna da Geografia do País, cpendo-os às *Descrições, Corografias e Mapas de Portugal*, inauguradas em 1599 pelo livrinho de DUARTE NUNES DO LEÃO. Também os geólogos CARLOS RIBEIRO e NERY DELGADO haviam publicado (anonimamente) extenso *Relatório acerca da Arborização Geral do País* (1868), preocupados com areais, charnecas e cumeadas apenas entregues à utilização temporária do pastoreio e da cultura itinerante e que eram uma riqueza potencial da Nação. Temos assim, em menos de dez anos, uma renovação científica e técnica da ferramenta do País — e ninguém mais do que

BARROS GOMES contribuiu para ela. Evoquei, num artigo de juventude, a vida e a obra (esta que abrange um período infelizmente muito curto) deste autor <sup>(3)</sup>. Posteriormente, por informações de familiares, foi-me possível saber como o casamento com uma protestante alemã e a viuvez afectaram o seu espírito e explicam que os escrúpulos religiosos o tenham desviado das preocupações e ocupações da juventude... Perdeu-se um sábio mas ganhou-se um santo a quem as circunstâncias da morte por assassinio, durante a revolução de 1910, não permitiram conferir a palma do martírio. Que BARROS GOMES era um homem muito bondoso mostram-no as suas viagens de inspecção às Matas do Reino, onde não permitia que o guarda lhe cedesse o quarto de dormir, acomodando-se, debaixo de uma manta, no chão ou no cimo de uma arca.

As cartas elementares de Portugal são cinco, todas na escala de 1:2 250 000 e formam uma publicação de 31 × 43 cm. Começam pela dos concelhos, «mais velhos alguns que a mesma monarquia», e seguem-se o relevo, o clima, a vegetação, a qualidade das terras, a densidade da população, a capacidade tributária. Divisão sem dúvida heterogénea que vai do concelho de São João de Arcias (distrito de Viseu) — 18 km<sup>2</sup>, o menos extenso, ao de Odemira — 1663 km<sup>2</sup>, o de maior superfície. Eles exprimem, na sua heterogeneidade, as terras *apertadas* e muito povoadas do Noroeste e as circunscrições talhadas à larga nas charnecas alentejanas pelos primeiros reis. Esta oposição, que o autor não aponta, não deixa de ser significativa. As próprias freguesias repetem-na e exageram-na. Mesmo assim, a carta concelhia, acompanhada de quadros estatísticos, ministra uma primeira grande oposição entre o Noroeste e a maior parte do Sul.

H. LAUTENSACH, na sua obra incipiente, «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica», tradução portuguesa no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1931 (o original é de 1928... a Sociedade de Geografia ainda procurava estar em dia!), considerou BARROS GOMES «o primeiro que esboçou com inteligência notável uma divisão regional do País», atendo-se embora às bacias hidrográficas (tão ao gosto dos geógrafos coimbrões, desde *A Bacia do Vouga* de AMORIM GIRÃO, 1922, ao *Esforço do Homem na Bacia do Mondego*, de A. FERNANDES MARTINS, 1940) e sem ter em conta a vigorosa individualidade dos maciços montanhosos como a Cordilheira Central. A natureza montanhosa, a posição cis- e trasmontana, a baixa altitude e a localização em relação àquelas constituem os elementos «naturais» de uma divisão regional do País. Por um processo engenhoso BARROS GOMES indica para cada concelho as principais espécies «xilográficas» (arbóreas). No *Relatório da Administração Geral das Matas, relativo ao Anno Económico de 1879-1880*, Lisboa, 1881, vem publicada uma colecção de 9 mapas onde as principais espécies florestais «abundam ou onde há poucas» e que se relacionam provavelmente com a preparação do mapa dos arvoredos. Sobrepostas às outras cores ficam as manchas do

(1) 1.<sup>a</sup> edição, 1940, 2.<sup>a</sup>, nem sempre melhorada nos mapas e comentários, 1958.

(2) *Etnografia Portuguesa*, 1.<sup>o</sup> volume, Lisboa 1933, p. 60-61.

(3) «Barros Gomes, geógrafo», *Revista da Faculdade de Letras* [de Lisboa], t. II, 1935, p. 109-112 (artigo de 1933).

*Pinus pinaster*, dos carvalhos de folha caduca e dos carvalhos de folha perene que demarcam as três regiões principais do País: oceânica, transmontana, mediterrânea, tal como *grosso modo* as aceitou LAUTENSACH e eu próprio. Apenas fiz projectar uma cunha meridional na Cordilheira Central e marquei o limite entre o Norte e o Sul do País, não pela dominância do pinheiro bravo mas pela das espécies cultivadas — principalmente a oliveira. Depois de adoptar esta divisão, hesitei e não é impossível que volte às três grandes regiões demarcadas por LAUTENSACH. A despeito da «meridionalidade da Estremadura» (LEITE DE VASCONCELLOS), que começa no baixo vale do Mondego, o «aperto» da terra aproxima mais esta provincia do Norte do que do Alentejo. Contendas que falta dirimir. O facto principal foi BARROS GOMES ter entrevisto a divisão tripartida de Portugal que LAUTENSACH e eu, cerca de cinquenta anos depois, viemos a adoptar. A «carta agronómica» repete, como não podia deixar de ser, o conhecimento geral da geologia do País: maciço antigo, orla secundária e terciária ocidental e algarvia, bacias sedimentares deprimidas do «Baixo Alentejo litoral» e das «Baixas do Sorraia», onde o autor, sempre suggestionado pela divisão tripartida dos nossos rios, «que tão fatal tem sido aos estudos geográficos» — como pertinentemente notou AMORIM GIRÃO —, não engloba naquele o Ribatejo da margem direita, tão afim da contrária.

Releve-se que transcreva do meu primeiro artigo científico as seguintes linhas acrescentadas por algumas de BARROS GOMES, que servem de ilustração e de comentário.

«Porém onde BARROS GOMES mais revela temperamento de geógrafo e intuição notável é na interpretação da última das *Cartas Elementares*: a da povoação concelhia, isto é, a da quantidade de terra que cabe a cada habitante num concelho. A povoação é comparada ao relevo, ao arvoredo e ao clima. O homem prefere, para se acumular, a zona litoral do norte do Tejo e evita as baixas interiores e as regiões muito secas. As máximas densidades da população coincidem com a distribuição do pinheiro bravo, as mínimas com a da azinheira e do sobreiro — indicadores climáticos de primeira ordem. A região mais húmida — o Minho — é a mais densa; a região mais seca — as Baixas do Sorraia — é a menos povoada. Estabelecem-se assim regiões de densidade que não se afastam muito das regiões naturais demarcadas pelos arvoredos dominantes. A única excepção notável é o Algarve, porque revela características locais importantes».

Passa-se à transcrição de BARROS GOMES:

«A observação dos factos ilustrados pelas cartas do relevo, do arvoredo e da povoação, e as considerações precedentes, põem-nos no verdadeiro caminho da apreciação das causas principais da distribuição da povoação nesta parte da Península.

«São, segundo toda a aparência, causas orográficas, causas meteorológicas intimamente ligadas ao relevo e exposição; visto que, variando com estes a arborização espontânea que tão bem os acusa, vemos que a povoação varia a par desta, varia segundo esta, acompanhando uma das espécies de uma notável maneira, e escasseando pelos domínios

naturais de duas outras. E como os factos principais xilográficos têm tido, e conservam, o carácter de espontâneos, de naturais, é forçoso crer que os factos paralelos principais, relativos à povoação, também o têm e, portanto, que causas independentes da mera vontade do homem determinam em grande parte, por estes lados da Península, a singularidade de distribuição que ela afecta hoje, e, circunstância bem notável, que ela parece ter afectado desde séculos» (4).

O mais extraordinário é que este atlas, de dimensões exíguas e apresentado sem pretensões, não tem qualquer obra em que se apoie. Os geógrafos antigos não foram do seu conhecimento, os corógrafos dos séculos XVI-XIX em nada lhe aproveitaram. É de 1876 a primeira descrição de Portugal na — a tantos respeito admirável — *Geografia Universal* de ELISÉE RECLUS e o autor não parece tê-la conhecido e utilizado. De MALTE-BRUN, geógrafo dinamarquês radicado em França e aí tendo escrito a primeira *Geografia Universal* moderna, nada se pode tirar dada a falta de envergadura deste autor. De A. VON HUMBOLDT e C. RITTER, fundadores da Geografia moderna, não se encontra qualquer citação. BARROS GOMES foi o primeiro a «pensar em conjunto» condições naturais e destinos humanos — muito antes que RATZEL pusesse em voga uma expressão cujo autor se esquece.

Daí que BARROS GOMES foi geógrafo *malgré lui*, porque sabia ver a Natureza como um todo e, como os naturalistas da sua época, não desprezava correlações e integrações humanas — a Natureza humana sendo afinal a outra face de tudo o que existe.

Cem anos depois vale a pena recordar o autor das *Cartas Elementares de Portugal* — e anotar ainda que pensar com largueza, sem os antolhos da especialização, é afinal pensar e elaborar obra que permanece. Nem tudo, felizmente, na Ciência se esvai com o tempo: esquecido, ignorado, menosprezado, há afinal algo que perdura.

ORLANDO RIBEIRO